

Intelectuais e Experiência intelectual: modos de usar

Maro Lara Martins¹

No Brasil, o estudo dos intelectuais se enquadra no que se convencionou denominar pensamento social brasileiro, o que em última instância se refere a uma reflexão sobre a tradição da teoria social e política brasileira e sobre a constituição de uma imaginação sociológica do Brasil. A título de síntese, condensa os estudos que priorizam as análises sobre os intérpretes do Brasil, intelectuais que versam sobre determinado objeto, que possuem características próprias de ação social, produzem sensibilidades temporais e espaciais, criam e reinventam tradições intelectuais pelas quais se pode interpretar aquilo que interpretam. De maneira geral, aporta em uma reflexão sobre os clássicos da disciplina.

Este texto está dividido em quatro partes. Na primeira, esboça-se duas grandes linhas interpretativas sobre as relações entre autor, texto e contexto: os textualistas e os contextualistas. Postas em comparação, estas linhas desvendam os principais modos pelos quais as interpretações clássicas sobre os intelectuais foram efetuadas.

Na segunda parte, desenvolve-se uma reflexão geral sobre a produção de estudos sobre o pensamento social brasileiro, de modo a observar as diferentes entradas que este tema possui. Não obstante este tema ter se desenvolvido desde finais do século XIX, se apontou as principais linhas da investigação contemporânea. Foram enumerados dez eixos de interpretação sobre os intelectuais e sobre os textos, que variam desde a adoção da sociologia dos intelectuais, à sociologia da cultura e à sociologia política.

Na terceira parte, o tema dos intelectuais se impõe de forma veemente. Inicialmente, realiza-se algumas indicações sobre o termo intelectual e sobre as possíveis particularidades dos intelectuais brasileiros se contrapostos aos intelectuais de outros contextos, engendrando uma tipologia de cada ambiente nacional ou mesmo regional, ancorados em uma dupla inscrição, o tempo e o espaço. Em seguida, estabelece-se as características gerais dos intelectuais enquanto grupo social e suas particularidades na organização da cultura.

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Por fim, na última parte, as relações entre experiência intelectual e modernidade é colocada sob o ponto de vista da sociologia histórica crítica e da teoria social contemporânea que apostam na vitalidade dos intelectuais periféricos para realizarem interpretações críticas aos modos de pensar produzidos no centro do sistema capitalista.

Entre textos e contextos: em busca dos intelectuais

A bibliografia clássica sobre as principais metodologias científicas utilizadas na análise dos intelectuais acaba por revelar uma interessante dicotomia. De um lado, estava a ponderação sobre a interpretação dos textos, seus limites e modos de análise, especialmente centrando o debate acerca da história das ideias e história dos conceitos. De outro lado, a avaliação da sociologia dos intelectuais, os produtores dos textos, encarados nestes termos, como um grupo social que possuiria características específicas de ação social. Em suas versões clássicas e simplificadas, o textualismo pretendia ler os textos como aparatos linguísticos autônomos e fechados, independentes de seu contexto, ao passo que o contextualismo acreditava ser possível reduzir o significado dos textos a suas condições sociais de produção e emissão.²

Paulatinamente, essas formas de textualismo e contextualismo cederam lugar a análises mais refinadas e complexas de se relacionar texto e contexto. A grosso modo, as recepções de novas contribuições teóricas no Brasil produziram duas direções de estudos dentro do chamado pensamento social brasileiro. A primeira direção, se inspirou na história das ideias tendo como referência fundamental os estudos de Quentin Skinner. A segunda vertente, se baseou na sociologia dos intelectuais na formulação de Pierre Bourdieu.

Genericamente, pode-se afirmar que em sentido restrito de definição de um campo de pesquisas, a análise conceitual se caracteriza pelo tratamento histórico dos conceitos, que em um sentido amplo, demonstra sua vocação pelos discursos e linguagens presentes no texto. A tese principal de Skinner se centrava na perspectiva de que para se compreender um texto histórico são fundamentais três pontos a serem observados. O primeiro, é a tentativa de obter o significado deste em relação a outros textos aparecidos em sua época, ou anteriores, com os

² Na tradição brasileira, autores como Nelson Werneck Sodré seguiriam o caminho do contextualismo, enquanto Antônio Paim, o do textualismo.

quais de alguma maneira estão relacionados. Apontando assim, para um método intertextual de análise. O segundo ponto, é a tentativa de determinação da intenção do autor, definir a natureza do ato de fala, que nada mais é do que procurar entender o que fazia um autor ao dizer o que ele dizia. E por último, em interação com os dois primeiros pontos, a caracterização das convenções linguísticas predominantes em cada época, o que o leva a propor a concepção de contextualismo linguístico. Os textos políticos que constituem seu material básico de estudo são vistos como atos de fala de seus autores em relação ao contexto em que foram produzidos, nas convenções linguísticas vigentes e nas audiências sobre as quais o autor quer atuar. Atos e efeitos perlocutivos, assim como os ilocutivos, constituiriam a essência dos textos políticos, nos quais esses efeitos, intencionais no agente do ato de fala, coincidem com o efeito perlocutivo real, exercido sobre a audiência.³

A virtude do método proposto por Skinner, é a ponderação sobre as tradições políticas imiscuídas em cada texto. O efeito dessa avaliação leva a questionar o legado das tradições dominantes ao proporcionar uma maior consciência da contingência da tradição. Em outras palavras, permite a reflexão sobre a construção de alguns valores e conceitos implícitos na vida social na medida em que as tradições intelectuais são resultado de eleições e escolhas feitas em momentos diferentes e entre distintos mundos possíveis.

Na outra ponta deste debate sobre a relação entre texto/contexto, a contribuição de Pierre Bourdieu tornou-se relevante para a construção de uma análise sobre o papel que os produtores culturais desempenham no mundo social. Se a história das ideias e dos conceitos partiria da análise textual para se chegar à uma extrapolação do mundo linguístico e a partir daí estabelecer as formas pelas quais os intelectuais agem no mundo, o caminho de Bourdieu é o inverso. O sociólogo francês principia das práticas sociais e das possibilidades de ação social dos intelectuais para posteriormente retomar a análise textual produzida pelos intelectuais. Nesse sentido, a ideia de campo intelectual se torna central neste tipo de análise.

Para Bourdieu, o campo intelectual, como qualquer outro campo social, se rege pelas relações de força, lutas, estratégias e interesses, onde estas invariáveis se revestem de formas específicas. O que diferencia um campo do outro, e o que define os limites e fronteiras, se

³ SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. (vol. I, Regarding Method). Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

relaciona ao tipo de capital em disputa, capital político, capital econômico, capital cultural, que os agentes lutam denodadamente para controlar. No caso dos campos culturais, o capital que genericamente está em jogo é o capital simbólico, ainda que o que distingue uns dos outros, campo artístico, campo científico, campo intelectual, é o capital simbólico específico, junto com os graus de autonomia relativa em relação ao campo de poder. No caso particular do campo intelectual, o capital simbólico específico é a autoridade científica ou intelectual de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, ainda que sua autonomia relativa é reduzida devido a que este poder sobre a representação legítima do mundo social é também objeto de lutas no campo político. A respeito da autonomia relativa se torna interessante considerar a natureza das coações externas e a forma em que se exercem, mas também as modalidades de resistência que oporiam o campo em questão, sendo que uma das manifestações mais visíveis da autonomia de cada campo reside em sua capacidade de refração, retraduzindo as coações ou demandas externas em uma forma específica. Em geral, a reduzida autonomia do campo intelectual se deve ao fato de que a pressão externa é particularmente intensa, ao mesmo tempo em que as condições internas de autonomia são mais difíceis de se estabelecer em comparação a outros campos.⁴

Este ponto leva a consideração do campo intelectual em um contexto mais amplo do campo de poder, na medida em que é o campo de poder que assinala, sempre como resultado de relações de força e de luta, uma posição determinada no mundo social à fração intelectual e artística. Qualquer que seja sua autonomia, o campo intelectual está determinado em sua estrutura e sua função pela posição que ocupa no interior do campo de poder. A partir dessas considerações cabe ao analista armar alguns passos metodológicos. O primeiro é uma análise da posição dos intelectuais com relação a estrutura do campo de poder. O segundo, é uma reflexão sobre a estrutura das relações objetivas entre as posições dos grupos em competição no campo intelectual. E por fim, a ponderação sobre a construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente constituídas que, como estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Um dos limites da sociologia dos intelectuais proposta por Bourdieu está no fato de que se por um lado permite compreender as condições de produção e recepção dos produtos culturais, sua capacidade de desenvolver uma reflexão sobre o conteúdo dos textos enquanto textos é bastante limitada. Por sua vez, a história das ideias e dos conceitos permite compreender o conteúdo dos textos, mas negligencia as condições de produção dos textos no mundo social, especialmente quando procura extrapolar o nível linguístico de suas análises textuais.⁵

No fundo, este debate teórico levaria os estudiosos a caminhar rumo a um movimento de síntese, entre a perspectiva contextualista e a textualista. Uma síntese que me permitisse lidar com os intelectuais enquanto grupo social, produtores de textos e produtos culturais, e ao mesmo tempo, permitisse realizar a exegese dos textos. De todo modo, as análises recentes procuram estabelecer o contato direto entre essas grandes linhas analíticas. No caso brasileiro, alguns estudos se sobressaem nestas tentativas.

Mapeando o campo de estudos: as linhas de interpretação sobre os intelectuais

Em certo sentido, o objeto de estudo define os modos pelos quais o analista pode interpretá-lo. Nos últimos anos, algumas perspectivas analíticas adquiriram, no Brasil, certo prestígio entre os estudiosos deste campo de pesquisa. Um breve mapeamento sobre a literatura existente indica pistas e indícios das maneiras pelas quais o tema dos intelectuais, e da própria teoria social, está sendo trabalhada. A título de síntese, sem procurar esgotar exhaustivamente a bibliografia existente, pode-se agrupar os estudos em torno de dez eixos interpretativos.⁶

⁵ Como se pode depreender do debate sobre a história dos conceitos e sobre a sociologia dos intelectuais, se torna necessário um movimento de síntese que proporcionaria ao analista um refinamento do instrumental metodológico. Deixado simplesmente como texto, se perde a capacidade de inserção profunda na história social, ou no contexto extralinguístico no qual os textos foram produzidos. Inclusive, se abandona as necessárias ponderações sobre as características dos intelectuais, que no fundo, são os produtores das ideias. A história dos conceitos, se centra quase que exclusivamente no produto do trabalho intelectual. Por outro lado, admitido a perspectiva de uma sociologia dos intelectuais levada ao extremo, se perde o refinamento do conteúdo do produto intelectual ao se concentrar em demasia nos produtores das ideias.

⁶ Foram selecionadas interpretações recentes que de algum modo dialogam ou abordam diretamente o objeto de estudo proposto na tese. Reconstruir passo a passo todas as metodologias empregadas para o estudo e abordagem dos intelectuais escapa aos objetivos e propósitos da tese. Mas cabe mencionar a recorrência que esse tema tem desde o século XIX no Brasil. Uma gama de autores como Sílvio Romero, José Veríssimo, Araripe Junior, Farias Brito, Dante Moreira Leite, Nelson Werneck Sodré, Antônio Paim, Antônio Candido e Alfredo Bosi se dedicaram

O primeiro modo de encarar o tema se relaciona a uma interpretação que tende a priorizar os intelectuais enquanto grupo social que está intimamente ligada à esfera da dominação e das relações de poder. Os textos de Sérgio Miceli encarnam bem este tipo de interpretação. Em *Intelectuais à Brasileira*, coletânea de alguns de seus principais textos, a preocupação do autor estava em desvendar as relações que se estabeleceriam entre o desenvolvimento das instituições culturais, das organizações políticas e da burocracia estatal com as transformações das classes dirigentes, do mercado de bens culturais e a situação social e material das famílias que compunham a classe dirigente. Neste sentido, Miceli realizou uma sociologia dos intelectuais em dois sentidos: primeiro, ao considerá-los um grupo social; segundo, ao estabelecer as relações sociais e de poder que variavam de acordo com o contexto em que viveram. Para realizar tal empreitada, Miceli, inspirado em Bourdieu, elaborou um método que levou em conta a construção de um modelo com base na análise das variações de trajetórias individuais, relacionando “os dados biográficos relativos à origem social, à escolaridade, à trajetória profissional e à produção intelectual”⁷ aos dados contextuais, como a construção do campo intelectual, as disputas por status e poder, os modos de articulação entre capital social, capital cultural e capital político.

O segundo eixo interpretativo, leva em consideração o perfil social e a experiência cultural dos variados círculos de intelectuais. Heloísa Pontes, em *Destinos Mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo*, refletiu sobre o grupo de intelectuais que se reuniu em torno da *Revista Clima*, composto por críticos de teatro, de cinema, de literatura e de artes plásticas. Tendo por objetivo, “analisar o círculo de juventude desses autores, a partir da recuperação da experiência cultural, social, intelectual, política e institucional de seus membros mais importantes”, Pontes estabeleceu como critério de interpretação as práticas, as representações, a “estrutura de sentimentos” e o *ethos* do grupo. Inspirada no trabalho de Raymond Williams e na história cultural, a autora estabeleceu como principais objetivos desse tipo de estudo:

em primeiro lugar, quais são as ideias, as atividades e os valores partilhados que asseguraram essa amizade proclamada e ao mesmo tempo, contribuíram para a formação do grupo e para que ele se distinguisse de outros grupos culturais. Em

a esse assunto. A existência latente dessas tentativas de interpretação por si só já nos fornece os primeiros indícios sobre a importância do objeto de estudo e sugere algumas trilhas a seguir.

⁷ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.83.

segundo lugar, no que essa amizade é indicativa ou reveladora de fatores culturais sociais mais amplos.⁸

A terceira linha de análise se concentra na abordagem de um movimento intelectual enquanto movimento social e político. Ângela Alonso, em *Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*, se propôs a analisar a experiência compartilhada por uma geração de intelectuais, o repertório disponível no contexto e a estrutura de oportunidades políticas. Assim, os intelectuais que pertenceram a uma geração podem ser pensados a partir de uma lógica da ação coletiva. No caso específico de seu objeto de estudo, Ângela Alonso apontou que a Geração 1870 possuía um aspecto de movimento reformista e contestatório ao *status quo* imperial admitindo um viés extremamente voltado para a esfera política. Pois, não havia separação entre os campos intelectual e político, sendo que categorias como “liberais”, “spencerianos”, “darwinistas”, “conservadores”, não passariam de uma definição de identidades dentro desta elite. Para a analista, o movimento social seria estabelecido a partir das seguintes categorias: dissidências liberais, entre os liberais republicanos e os novos liberais; associações positivistas, os núcleos da corte e os núcleos de São Paulo e Recife; os grupos regionais marginalizados, o federalismo científico paulista e o federalismo positivista gaúcho. Portanto, a Geração 1870 deveria ser vista como uma manifestação coletiva, enquanto movimento social e político, expressando-se tanto em práticas como textos.⁹

Outro modelo de reflexão sobre os intelectuais, dominante na bibliografia especializada, diz respeito a uma análise que pondera as características específicas contidas em proposições gerais em determinado contexto. No livro *A Questão Nacional na Primeira República*, Lúcia Lippi de Oliveira analisou os estilos de pensamento que caracterizariam o nacionalismo brasileiro. A autora buscou compreender as nuances teóricas que envolveram este tema desde a Geração de 1870 até a década de 1920 na Primeira República. O livro está dividido em duas partes: a primeira buscou compreender as matrizes do nacionalismo francês e a segunda almejou esboçar um quadro sobre o contexto brasileiro. Para Oliveira, o nacionalismo foi visto como uma ideologia que pretenderia, a partir de um sistema de signos, a integração coletiva.

⁸ PONTES, Heloísa. *Destinos Mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 14-15.

⁹ ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Neste sentido, a autora esquadrinhou as transformações no pensamento social brasileiro através das peculiaridades teóricas de cada momento histórico a respeito da ideologia nacionalista e por conseguinte da identidade nacional. A abordagem recaiu especialmente sobre as interpretações contidas na história literária brasileira, em uma espécie de simbiose entre cultura e política, apesar de diferenciar o nacionalismo político do nacionalismo cultural. Nesse sentido, ao analisar a proposição geral e dominante dentro de um contexto, o nacionalismo enquanto ideologia e busca de identidade nacional, Lúcia Lippi de Oliveira chamou a atenção para as diversas facetas e aspectos que tal ideologia tomou ao longo do tempo no Brasil.¹⁰

A quinta perspectiva propõe uma interpretação a partir da relação entre os intelectuais e as instituições das quais fazem parte. Centrando sua análise sobre as instituições científicas do século XIX e início do XX, especificamente os museus etnográficos, os institutos históricos, as faculdades de direito e de medicina, Lílian Moritz Schwarcz abordou a relação existente entre a produção e difusão do conhecimento destas instituições com a noção de raça. Para esta autora, os dois pressupostos que mais alcançaram êxito em território brasileiro no século XIX, foram o liberalismo e o racismo. O liberalismo se pautaria sobre um prisma que considerava a liberdade individual e a responsabilidade social. Em contraponto ao racismo, que referiria a inserção social do indivíduo a partir da ideia de raça. O ponto central para Schwarcz tornou-se a compreensão dos argumentos racistas, através da divulgação em fontes como a literatura naturalista, os jornais e as revistas institucionais, e na penetração dessas ideias na elite intelectual da época.¹¹

A sexta perspectiva analítica enfoca os intelectuais enquanto produtores de textos. Em *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, Ricardo Benzaquen de Araújo se debruçou sobre as ambiguidades e paradoxos da obra de Gilberto Freyre nos anos 1930. Ao examinar meticulosamente os argumentos de Freyre no período, Benzaquen o encarou como portador de um modernismo diferente daquele que habitualmente se estabeleceu em outras partes do país como em São Paulo e Minas Gerais. Para o autor, a obra de Freyre, dos anos 1930, poderia ser entendida a partir do uso constante de “antagonismos em

¹⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹¹ SCHWARCZ, Lílian Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870 – 1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

equilíbrio”: guerra e paz, conflito e acomodação. Seria esse luxo de antagonismos e de excessos que marcaria a *hybris* dos trópicos que anunciava uma civilização distinta, definida pela ideia de maleabilidade e acomodação. No fundo, esse modelo de análise diz respeito a uma ponderação sobre o modo de pensar de determinado autor, estabelecendo uma lógica interna de seu pensamento e rastreando seus argumentos principais.¹²

O sétimo eixo temático abarca interpretações sobre os intelectuais a partir de conceitos “nativos”, criados e difundidos pelos próprios objetos de estudo. Um bom exemplo desse eixo é o livro *Ladrilheiros e Semeadores* de Luiz Guilherme Piva. Ao analisar a obra de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Nestor Duarte e Sérgio Buarque de Holanda, Piva se concentrou na teia ideológica do período e nas diferentes visões sobre a modernização brasileira e elegeu como matriz interpretativa dos autores analisados, a dualidade ladrilheiro/semeador de Sérgio Buarque de Holanda, para encampar sua própria análise. Para ele,

um aspecto vital para o entendimento dessas ideias de modernização é a postura intelectual dos autores face à história, à realidade e à ação política. Para ilustrar essa postura, recorreremos a uma imagem que poderá ajudar no entendimento de suas propostas. Ao tratar da modernização brasileira, nossos autores, de diferentes maneiras são *ao mesmo tempo* “ladrilheiros” e “semeadores”, duas poderosas metáforas criadas por Sérgio Buarque de Holanda para designar, respectivamente, a urbanização e a colonização espanholas e a urbanização e a colonização portuguesa.¹³

Para resumir o argumento de Piva, os autores elencados por ele são ladrilheiros quando empregaram em seus diagnósticos o uso da razão contra a ordem natural dos fatos sociais, políticos ou históricos. E são semeadores quando apregoaram a força das tendências naturais presentes no desenrolar da história que por ventura impuseram os limites da ação política.

O oitavo eixo temático se centra na história da sociologia no Brasil enquanto história da ciência. Enno Liedke Filho explorou esse tema e insistiu em uma abordagem que priorizou o estudo “dos traços principais das etapas e períodos de sua institucionalização e evolução como disciplina acadêmico-científica.”¹⁴ O autor dividiu a história da sociologia no Brasil em duas

¹² ARAÚJO, Ricardo Benzaquén. *Guerra & Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.

¹³ PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e Semeadores*. São Paulo: Edusp, 2000, p.20.

¹⁴ LIEDKE FILHO, Enno. “A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios.” *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n 14, jul./dez. pp. 376-437, 2005, p376.

grandes etapas: a herança histórico cultural da sociologia e a etapa contemporânea da sociologia. No primeiro momento, dois períodos configurariam a história dessa disciplina, o período dos pensadores sociais e o período da sociologia de cátedra, enquanto o segundo período abarcaria os períodos da sociologia científica, da crise e diversificação teórica e institucional e o período da busca de uma nova identidade disciplinar.

O nono ponto de argumentação procura estabelecer entre os intelectuais determinadas linhagens de pensamento. A preocupação de Luiz Werneck Vianna se encaixa nesta linha ao estabelecer de forma contundente as grandes “famílias” de intelectuais no devir da história brasileira. Em *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*, o autor situou as tradições que permearam e deram sentido às interpretações sobre o Brasil, desde o momento de fundação do Estado-nação, no início do século XIX, até meados do século XX.¹⁵ Para Werneck Vianna, essas tradições de interpretação, de longa duração entre os intelectuais brasileiros, revelariam os modos pelos quais a ação política, a intervenção no mundo público, as opções de tratamento da história, e demais elementos constitutivos das interpretações sobre o Brasil se ancoravam nos polos do americanismo e do iberismo. Para ele, o americanismo exprimiria uma ordem social orientada em torno dos interesses e animada pela dinâmica associativa dos indivíduos, enquanto o iberismo expressaria um ordenamento no qual o Estado se ergueria como o local de reafirmação do público, instância racionalizadora que determinaria o próprio corpo social.¹⁶

Por fim, a décima linha heurística busca nas interpretações sobre o Brasil, realizada pelos intelectuais, elementos que possibilitam o debate e a construção de uma teoria social contemporânea. Os esforços de João Marcelo Maia foram neste sentido. Um dos objetivos desse autor é “reler a imaginação brasileira clássica para além de seu universo nacional específico, inquirindo seus objetos (livros, ensaios, ideias e autores) a partir de um lugar discursivo contemporâneo.”¹⁷ No fundo, esse lugar discursivo associaria a teoria social contemporânea em

¹⁵ Já em *Weber e a Interpretação do Brasil*, Werneck Vianna explorou as formas com as quais o sociólogo alemão foi lido e aclimatado pelos intelectuais brasileiros ao se pensar a singularidade da formação brasileira e, por conseguinte, as vicissitudes da modernidade brasileira.

¹⁶ WERNECK VIANNA, Luiz. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

¹⁷ MAIA, João Marcelo. “Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v. 24, n. 71, Outubro. pp.155-168, 2009, p. 157.

um contexto transnacional para o estudo do pensamento social brasileiro. Para o autor, a partir das características atuais da teoria social, como o descentramento e as abordagens pós-coloniais, autores de contextos periféricos poderiam ser utilizados para subsidiar explicações alternativas sobre a modernidade. Extraídos de seus contextos nacionais, alimentariam a construção da teoria social contemporânea acerca de temas globais, como o modernismo, a modernização e as diferentes configurações da modernidade.

Apesar de não esgotar a bibliografia existente, estes eixos interpretativos se consolidaram como guias de análise para o tema dos intelectuais e da produção intelectual no Brasil. Como se pode observar, as análises abordadas gravitam em diversos campos da sociologia. Assim, englobam desde a sociologia dos intelectuais, a sociologia da cultura, a sociologia das ideias, a sociologia da ciência, a sociologia das instituições. Bem como dialogam com outras áreas do conhecimento como a história, a filosofia, a crítica literária e a ciência política, constituindo-se em um tema transversal.

Dito isso, a seguir, se introduz alguns pontos cruciais sobre o tema dos intelectuais, da experiência intelectual e da imaginação sociológica no Brasil para, em seguida, se abordar os textos e produtos culturais que constituem o manancial das interpretações do Brasil tidas como objeto de estudo desta tese.

Experiência Intelectual: tempo, espaço e intelectuais brasileiros.

Um dos temas clássicos das ciências sociais refere-se a uma articulação entre intelectuais, sociedade e política no andamento moderno brasileiro. Neste ponto, outra seara se abre aos olhos do analista: a questão dos intelectuais na modernidade.¹⁸ De fato, se está diante de um grande desafio. De maneira geral, um estudo a respeito dos intelectuais sempre corre o risco de cair no erro da falsa generalização. A própria noção de intelectual possui um caráter polissêmico e polimorfo, sendo difícil estabelecer os contornos desse agrupamento social.¹⁹

¹⁸ Como pensar a relação entre Intelectuais e Modernidade(s)? Intelectuais na modernidade e/ou intelectuais da modernidade? São modernos intelectuais ou intelectuais modernos? Quais as características dos intelectuais brasileiros quando contrapostos aos intelectuais de outros contextos? É possível realizar uma meta-teoria sobre os intelectuais sem levar em consideração o tempo e o espaço em que estão inseridos?

¹⁹ A caracterização dos intelectuais enquanto grupo social sempre foi alvo de grandes debates e controvérsias, dos quais participaram, entre outros, Julien Benda, Antônio Gramsci, Karl Mannheim, Jean Paul Sartre, Raymond Aron, Pierre Bourdieu, Noam Chomsky, Edward Said, Norberto Bobbio, Jürgen Habermas e Zygmunt Bauman.

Cada vez mais se torna claro, que as utilizações de métodos analíticos produzidos no contexto europeu ou norte-americano podem servir como bússolas para as pesquisas realizadas em outros contextos, entretanto, se torna necessário um processo de averiguação da pertinência teórica a partir do objeto de estudo. Generalizar a constituição e história dos intelectuais europeus ou norte-americanos, e o próprio conceito de intelectual no campo da sociologia, para o contexto brasileiro, deve ser matizado pela capacidade interpretativa do analista e pelo contexto espaço-temporal que seu objeto encerra.²⁰

Nesse tópico, parece sugestivo realizar algumas indicações sobre o termo intelectual e sobre as possíveis particularidades dos intelectuais brasileiros se contrapostos aos intelectuais de outros contextos. De um modo geral, na modernidade os intelectuais assumem diferentes papéis no mundo social, como publicistas, acadêmicos, militantes, polígrafos ou especialistas, o que corresponde a um *métier* ou um ofício. Participam de redes intelectuais como as Academias de Letras ou Academias de Ciências, os Institutos Históricos e Geográficos, as universidades, o que lhes confere certa capacidade organizacional. Constroem espaços de sociabilidade, redes e rotina intelectual, como os cafés, salões de encontros, aulas, seminários, clubes, revistas, editoras, jornais, movimentos políticos, partidos. Participam de debates, anátemas, cisões e dialogam entre si.

No mundo moderno, o intelectual encarna uma forma de palavra pública do mundo da criação intelectual e artística. Apesar da variedade dos meios de comunicação disponíveis e utilizados e ao público a que eventualmente se dirige, o fato é que os intelectuais são criadores, mediadores e divulgadores das obras culturais, científicas e estéticas. Através da publicização de seus textos e de seu trabalho, se embute a ideia do pensar publicamente. Outra característica é a que formam a consciência da nova geração, a partir dos modos de recepção de seu produto intelectual e são sempre reanimados através de um processo intertextual. Assim, criam e recriam as tradições intelectuais e culturais nas quais se inserem, ao produzir ou reproduzir conceitos e interpretações.

Pode-se comparar os intelectuais a uma orquestra sinfônica. Estão dispostos no palco aos olhos da plateia, em determinado espaço, seguindo o compasso de determinada música.

²⁰ Um exemplo desta utilização indiscriminada e acrítica, se refere à algumas constatações de que para se analisar o termo intelectual no Brasil se deve remontar ao caso Dreyfus na França de finais do século XIX.

Cada qual possui seu instrumento que pode ser agrupado a partir de certas características, como as cordas, os sopros, a percussão. Alguns instrumentos são pesados para o músico carregar sozinho, outros são leves. Alguns desafinam rapidamente à influência de qualquer mudança climática, outros seguem a harmonia musical durante a execução inteira. Alguns são solistas, outros só se ouvem se acompanhados. Alguns ensaiam antes da apresentação, outros improvisam. Alguns participam da música inteira, outros só entram de relance. Alguns tocam somente um instrumento, outros são multi-instrumentistas. Alguns são músicos profissionais, outros são diletantes. Alguns recebem aplausos, outros recebem vaias. Mas estão todos ali, reunidos, executando algo diferente do silêncio.

Se essas são as características gerais dos intelectuais na modernidade, dois pontos são fundamentais para se estabelecer uma tipologia de cada ambiente nacional ou mesmo regional, o tempo e o espaço. No caso específico do Brasil, os intelectuais estavam presentes desde seu momento fundante enquanto Estado-nação, em inícios do século XIX, entretanto, a constituição de um campo intelectual minimamente autônomo veio à tona somente em meados do século XX. Esse quadro histórico fornece elementos para se pensar os tipos de intelectuais que se fizeram presentes no caminhar da história do país. Não resta dúvida que no século XIX, principalmente a partir do Segundo Reinado, os intelectuais estiveram intimamente ligados ao Estado, tanto na composição dos locais de sua sociabilidade, como o IHGB e as próprias casas legislativas, como na extração social de seu status e capital social e político, quanto na formação de seu mercado de trabalho. Associado a essa experiência, uma particularidade marcante deste tipo de intelectual é a poligrafia. São intelectuais que versaram sobre diferentes assuntos, seja pela autoimagem criada e estabelecida por eles próprios, seja por sua formação ou mesmo pela demanda que o Estado lhes atribuía. Essa tradição de experiência intelectual, marcada pela poligrafia e pelo Estado, deixou marcas profundas na composição do intelectual à brasileira.

Seguindo essa linha de argumentação, outro ponto fundamental que caracteriza os intelectuais é o espaço em que se encontram. Aqui pensado em suas diferentes inserções, seja em determinada tradição nacional ou mesmo em termos geográficos em relação à constituição dos modelos de entrada na modernidade. Algumas interpretações, hoje clássicas, já chamaram a atenção para a particularidade dos intelectuais e das ideias em contextos fora do eixo do Atlântico Norte.

Em texto que se tornou clássico, Roberto Schwarz apontou o deslocamento do liberalismo europeu quando apropriado pela elite brasileira no século XIX. Para ele, o contexto brasileiro conseguiu reunir liberalismo e escravismo, liberalismo e sociedade do “favor”, constituindo-se numa síntese em que “os incompatíveis saem de mãos dadas.”²¹ Nestes termos, a própria gravitação das ideias, e a forma como se constituiria em contextos diferentes de onde se originaram, instituiria o movimento que singularizaria a história brasileira, e por conseguinte, seus intérpretes. Assim,

submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitavam segundo uma regra nova, cujas graças, desgraças, ambiguidades e ilusões eram também singulares. Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era sua natureza.²²

Dito de outra forma, a análise de Schwarz procurou especificar o mecanismo social na forma em que ele se tornaria elemento interno e ativo da cultura, uma espécie de chão histórico da experiência intelectual, “tal como o Brasil a punha e repunha aos seus homens cultos, no processo mesmo de sua reprodução social”. O estatuto do intelectual, ou dos homens cultos, como prefere Schwarz, estaria nessa dimensão de sua experiência intelectual, repositora de um conjunto de ideias originárias do contexto europeu e diferenciando-se delas pelo contexto exótico que se encontrava. “Portanto, a própria diferença, a comparação e a distância fazem parte de sua definição”²³

A tese de Renato Ortiz seguiu essa mesma linha. Tendo como foco central de análise a identidade brasileira e suas relações com o Estado, Renato Ortiz argumentou que a problemática da cultura brasileira deveria ser entendida como uma questão política. Pois, se referiria aos interesses de diversos grupos sociais, nas tentativas de construção de uma identidade simbólica e nas suas relações com o Estado. Para Ortiz, uma característica das teorias raciais elaboradas no Brasil durante a Primeira República foi sua dimensão de implausibilidade entre a questão racial e a identidade nacional. O dilema dos intelectuais, como Sílvio Romero, Euclides da

²¹ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000, p.18.

²² Ibid. p.26.

²³ Ibid. p.30.

Cunha e Nina Rodrigues, estaria na tentativa de construção de uma identidade simbólica, enfatizando o caráter nacional, reportando em última instância à formação do Estado nacional. Ao admitirem o evolucionismo como principal pressuposto teórico, o entendimento das especificidades sociais brasileiras perpassou a incorporação de novos argumentos ao manancial disponível, como o meio e a raça. Portanto, “o processo de importação de ideias pressupõe (...) uma escolha da parte daqueles que consomem os produtos culturais”²⁴ Este processo de escolha apresentou-se como uma espécie de sincretismo teórico. Pois, por um lado, admitiram-se em parte as teorias disponíveis à época, ou aquelas que lhes pareciam mais convenientes, e por outro, houve uma seleção deliberada no interior destas teorias de modo que a escolha seria relacionada às discussões latentes, no caso, o dilema da identidade nacional. Neste sentido, o referencial teórico adotado pelos precursores das ciências sociais relacionam-se a dois aspectos, o contexto e a discussão central que realizavam. As especificidades do pensamento sociológico brasileiro de virada do século XX referiam-se a temática da construção de um Estado nacional como meta e não como realidade vivenciada. Assim, o nexos entre contexto, teoria sincrética e prática desejável fornecem o explicativo das ambiguidades da experiência intelectual nesse contexto.

Outra análise clássica sobre o tema da experiência intelectual e da posição do intelectual latino-americano no mundo foi realizada por Silviano Santiago. Para este autor, o processo de cisão e hibridização que, sendo diferente da assimilação, marca a identificação com a diferença da cultura pressupõe o deslocamento do local como forma pura, limitado por fronteiras, mas que se projeta exatamente nessas negociações fronteiriças. Tal processo geraria uma estética do reposicionamento e reinserção que permitiria olhar as coisas a partir da margem. São esses deslocamentos, no espaço geográfico ou virtual, os responsáveis pelo confronto entre parcelas de diferentes linhagens culturais.²⁵

Ainda seguindo este tema dos intelectuais e da experiência intelectual, Angel Rama, inspirado em Fernando Ortiz, apontou para o processo de transculturação realizada pela experiência intelectual na América Latina. Como do conflito entre o popular e o erudito surgiria uma concepção de cultura latino-americana. Rama formulou uma teoria sobre a narrativa latino-

²⁴ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.30.

²⁵ SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

americana e a solução encontrada pelos intelectuais para o conflito regionalismo e universalismo. Para ele, a transculturação tornou-se um modo de reescrever a tradição latino-americana fazendo uma síntese de seus elementos mais produtivos, eliminando os arcaísmos e incorporando elementos modernizantes. A transculturação se daria no nível linguístico, na estruturação literária e na cosmovisão, como inerente possibilidade de forjar uma identidade original capaz de interagir com as culturas “externas” através da plasticidade característica de seu trajeto regional. O estatuto do intelectual latino-americano se definiria por esse movimento de transculturação realizado para interpretar sua própria realidade. Associado a isso, Rama apontou para a emergência da literatura latino-americana como efeito da modernização social da época, da urbanização, da incorporação dos mercados latino-americanos à economia mundial, e principalmente, como consequência do surgimento de um novo regime de especialidades, que retiraria dos letrados a tradicional tarefa de administrar os Estados e obrigava os escritores a se profissionalizarem.²⁶

Sobre os temas da modernização no campo literário e na vida cultural latino-americana, Julio Ramos em seu texto *Desencontros da Modernidade na América Latina* articulou um duplo movimento para a sua análise. Por um lado, a perspectiva histórica da literatura como um discurso que buscou sua autonomia, ou seja, delimitou seu campo de autoridade social. E por outro, as condições que permearam a impossibilidade de sua institucionalização em fins do século XIX. Ramos demonstrou que a literatura latino-americana emergiu como um campo encarregado da produção de normas discursivas com relativa especificidade cultural, a partir das formas de autoridade do discurso literário e os efeitos históricos e sociais de sua modernização desigual. As dificuldades de autonomia contribuíram para explicar a heterogeneidade formal desta literatura, ocasionando uma proliferação de formas híbridas que desbordariam as categorias genéricas e funcionais canonizadas pela instituição literária em outros contextos. Esta heterogeneidade híbrida na qual se moveria o intelectual demonstraria a multiplicidade de formas disponíveis, como o romance, a poesia, a crônica e o ensaio, dispostos no mundo público e angariadores de legitimidade e pelo processo de escolha que os intelectuais

²⁶ RAMA, Angél. *Literatura e Cultura na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001.

efetuariam para elaborar suas propostas. No caso das crônicas escritas por José Martí, Julio Ramos apontou seus objetivos.

Buscaremos ler a heterogeneidade formal da crônica como a representação das contradições que conformam a autoridade literária em sua proposta – sempre frustrada – de purificar e homogeneizar o próprio território, frente às pressões e interpelações de outros discursos que limitavam sua virtual autonomia.²⁷

Ramos observara uma diferença crucial da constituição da vida cultural latino-americana se comparada à Europa. Para ele, a autonomização da arte e da literatura na Europa seria corolário da racionalização das funções políticas, pressupondo a separação da literatura da esfera pública, “já que a Europa do século XIX havia desenvolvido seus próprios intelectuais orgânicos, seus próprios aparatos administrativos e discursivos.”²⁸ Enquanto na América Latina, os obstáculos enfrentados pela institucionalização da vida cultural, produziram um campo literário cuja autoridade política se manifestaria de forma direta e veemente. “Daí a literatura, desigualmente moderna, operar frequentemente como um discurso encarregado de propor soluções a enigmas que extravasam os limites convencionais do campo literário institucional”²⁹ Julio Ramos observaria a tensão entre as exigências da vida pública e as pulsões da literatura moderna latino-americana, como uma das matrizes desta literatura, “um núcleo gerador de formas que, insistentemente, oferece(ria) resoluções para a contradição matriz.”³⁰ Essa contradição intensificaria as relações do intelectual com a escrita, as formas literárias e a vida pública.

No fundo, o ponto central que Roberto Schwarz, Angel Rama, Renato Ortiz e Silviano Santiago levantaram é a contraposição de que a vida intelectual seria constituída a partir de uma *mimese*, de uma simples cópia da tradição intelectual do centro, e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para as características gerais que essa posição à margem instituiu nesse tipo de experiência intelectual. Posto nestes termos, esse tipo de debate ressalta a noção de que essa experiência intelectual fornece explicações sobre os modos de pensar típicos de cada contexto nacional ou regional e as maneiras pelas quais esses intelectuais se relacionam com o centro.

²⁷ RAMOS, Julio. *Desencontros da Modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.18.

²⁸ Ibid. p. 19.

²⁹ Ibidem

³⁰ Ibid. p.21.

Retomando o argumento da tipologia dos intelectuais, os critérios de tempo e espaço são cruciais para se estabelecer as principais características que esse grupo social teve ao longo da história. O caso brasileiro, do século XIX até meados do século XX, no qual se concentram as interpretações do Brasil analisadas nesta tese, se pode falar em intelectuais polígrafos que viveram uma experiência intelectual às margens da modernidade ocidental clássica, estavam às bordas do sistema-mundo, como prefere Wallerstein, ou do sistema-mundo moderno-colonial nas palavras de Aníbal Quijano.

Na especificidade dos intelectuais brasileiros que constituíram o corpus da interpretação brasileira desde finais do século XIX até a década 1930 pode-se considerar que foram produtores e ordenadores de novos mundos, pela experiência intelectual e pelos produtos culturais, que os diferenciaram dos modos clássicos de entrada na modernidade. Nasceu através do ensaio feito por intelectuais polígrafos, e essa marca de origem fornece reflexões imprescindíveis à interpretação e compreensão próprias ao espaço-tempo em que foram produzidos. Entre outras coisas, porque se torna um duplo procedimento de localização. Pensar a partir de um local e pensar a partir de um tempo. Associado a isso, mais do que uma dupla consciência, ao se imiscuírem entre duas tradições de pensamento, a nacional e a do centro, os intelectuais de certas localidades forneceram as bases para a diferenciação dos projetos e encaminhamento do moderno no mundo. Como alertou Bernard Lepetit, “o sistema de contextos, restituído pela série de variações do ângulo de mira e da acomodação da ótica, possui um duplo estatuto: resulta da combinação de milhares de situações particulares e ao mesmo tempo dá sentido a todas elas.”³¹

Assim, os intelectuais são entendidos como um grupo social cuja ação se centra para a organização da cultura. Esse sentido da ação social dos intelectuais está voltado para uma racionalização do mundo, a partir de um encadeamento teórico produtor de conceitos. Ideias, que servem como uma espécie de norte orientador de indivíduos e de grupos sociais. Na modernidade brasileira, adquiriram papéis fundamentais no artifício do mundo público, na composição dos interesses, na motivação às ações sociais, nas alterações institucionais, na animação da cultura política.

³¹ LEPETIT, Bernard. “Sobre a escala na História.” In: REVEL, J.(org) *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.88.

Os intelectuais são os empreendedores desta cultura política através da racionalização efetuada pela linguagem e por sua ação enquanto grupo social. Nesses termos, é válido dizer que os homens produzem conhecimento sobre o seu presente, interpretam o passado da sociedade em que vivem e são capazes de iluminar o futuro, e isso não de forma teleológica, mas sim de um ponto de vista político prático, mobilizador de ações sociais e estimulador de interações entre indivíduos, gerador de solidariedades tanto verticais quanto horizontais, inseridos em uma rede de interdependência. Não se trata mais de percebê-los como produtores de conceitos que somente classificam experiências, mas sim de conceitos que criam e recriam experiências e expectativas. Experiências individuais e experiências coletivas. Expectativas individuais e expectativas coletivas.

Modernidades, modernismos e heteronomias: temas para a experiência periférica

As ideias de Gramsci sobre o sentido da ação dos intelectuais, especialmente nas postulações sobre a racionalização da cultura, adquiriram na modernidade, um poderoso papel operacionalizando através da linguagem, visões de mundo que em última instância adentrariam no mundo social. De outro lado, nesta versão de análise, os intelectuais também seriam considerados em sua especificidade enquanto grupo social, cuja ação se centraria para a organização da cultura, mas que se constituiria através das inter-relações com outros grupos, ou melhor, classes sociais, com a esfera pública e o Estado. Se o sentido geral da ação social dos intelectuais fora amparado nestes preceitos, não se poderia esquecer as postulações metodológicas implicadas nesta apropriação.

Neste sentido, os textos de crítica literária latino-americana me ajudariam a superar o impasse inicial colocado pelo próprio objeto de estudo. Havia uma tradição de interpretação na crítica literária e nos estudos culturais latino-americanos, que apontava para as especificidades do processo de modernização na região e como este processo influenciaria na literatura e na vida cultural. Autores como Julio Ramos, Roberto Schwarz, Angel Rama, Renato Ortiz e Silviano Santiago criticariam os argumentos que a vida intelectual latino-americana seria constituída a partir de uma simples cópia da tradição intelectual do centro, e, ao mesmo tempo,

chamariam a atenção para as características gerais que essa posição à margem instituiu nesse tipo de experiência intelectual.

Associado a isso, autores como Marshall Berman, Carl Schorske e Andreas Huyssen, por exemplo, já haviam apontado para uma diversidade das manifestações modernistas e suas peculiaridades com o processo de modernização global. Por outro lado, o tema da ocidentalização da modernidade começava a sofrer críticas daqueles que estavam às margens. A perspectiva dos estudos culturais me permitiria avaliar a região como parte integrante do processo global, mas não como derivação imediata de sucessivas transformações do centro. A virtude deste debate, para o caso da tese, estaria em se pensar determinadas geografias do moderno e do modernismo, já que a ênfase deste tipo de estudo se concentrava em aspectos culturais da vida moderna, sobre o imaginário e sobre o modo de relacionamento entre diferentes regiões, e auxiliaria a repensar a experiência intelectual de certas regiões que alterariam a *episteme* do centro e criariam novas experiências intelectuais.

Deveria dar um passo adiante, e investigar os motivos sociológicos e históricos que sustentaram a diversidade de processos de entrada na modernidade e a diversidade de modernismos. Autores da sociologia histórica, como Barrington Moore, Charles Tilly, Reinhard Bendix e T.S. Marshall abririam uma seara interessante ao sustentar a comparação entre diversos casos de entrada no mundo moderno. Desde a publicação destas obras, se acentuaria o debate sobre o caráter da modernização em diversos contextos. A inspiração nestes autores, deveu-se ao fato de que procuraram ressaltar as diferenças dos casos estudados, mostrando como a experiência singular de cada comunidade imaginada implicaria em uma história universal complexa que, a princípio, não poderia ser apreendida *a priori*, somente através de aparatos teóricos e conceituais. E por possibilitarem à sociologia a delimitação da aplicabilidade de conceitos e categorias mediante os fatores espaço-temporais da análise histórica e historiográfica.

Recentemente, a veiculação do tema das modernidades múltiplas e sua crítica à teoria da modernização recolocou o tema em debate nas ciências sociais. A principal preocupação dos teóricos vinculados a ideia de modernidades múltiplas seria o contraponto a ideia de homogeneidade do processo histórico que levaria cada caso à modernidade. A noção de homogeneidade, diz Eisenstadt, deveria ser rejeitada porque os desenvolvimentos reais nas

sociedades em modernização têm refutado os pressupostos homogeneizantes do programa ocidental de modernidade, ao originar padrões múltiplos de organização societária que são distintamente modernos, ainda que claramente diferentes do padrão ocidental, ou, nesse caso, da modernidade europeia. A ideia de modernidades múltiplas pressuporia que a melhor forma de compreender o mundo contemporâneo, e de explicar a história da modernidade, é concebê-lo como história de constituição e reconstituição contínua de uma multiplicidade de programas culturais. Nestes termos, foram surgindo várias civilizações modernas, todas elas multicêntricas e heterogêneas, todas elas geradoras da sua própria dinâmica e não uma convergência resultante em um mundo moderno uniforme. Radicalizando este tipo de estudo, o debate se estendeu até o ponto da consideração de que a modernidade fora composta de uma multiplicidade de casos particulares, as diferentes civilizações, sem interconexão umas com as outras no sentido de uma definição do que seria a conjunção ou interdependência entre os diferentes casos.

Neste sentido, a teoria da modernidade múltipla perderia o foco ao estabelecer o distanciamento entre os diversos casos estudados. Por outro lado, retomaria o debate sobre as particularidades de cada desenvolvimento nacional ou regional rumo à modernidade, retomando os pontos levantados pela sociologia histórica. Mesmo que os padrões comparativos devam ser reestabelecidos, seria interessante reformularmos a questão em outro sentido. Como cada caso, nacional ou regional, com suas especificidades, sejam eles modulares ou únicos, se enquadrariam em uma espécie de modernidade global, ou sistema-mundo, como prefere Wallerstein.. Para Wallerstein, o sistema-mundo se definiria como uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte espacial seria co-extensivo a uma divisão de trabalho que possibilitaria a reprodução material desse mundo. Sua dinâmica seria movida por forças internas e sua expansão absorveria áreas externas integrando-as ao sistema em expansão. Sua abrangência espacial, determinada pela sua base econômica-material, englobaria as entidades políticas e comportaria múltiplos sistemas culturais.

O sistema-mundo capitalista reuniria uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas. Um sistema-mundo poderia abranger uma ou mais entidades políticas, podendo transcender suas fronteiras. Nesse sentido, Wallerstein dividiu os sistemas-mundo em dois tipos: impérios-mundo e economias-mundo. Os impérios-mundo envolveriam dois ou mais grupos culturalmente distintos, que

deparariam de um sistema de governo único, vinculado à elite de um centro, que manteriam limites geopolíticos específicos, dentro dos quais controlaria a divisão do trabalho e estabeleceria a apropriação forçada de excedente, através de uma redistribuição de tributos feita pela burocracia e pelo exército extensos. Uma economia-mundo, ao contrário, seria constituída por uma divisão de trabalho integrada através do mercado e não por uma entidade política central. Nesse tipo de sistema social, duas ou mais regiões cultural e politicamente distintas seriam interdependentes economicamente. Assim, haveria uma unidade econômica dada pela divisão do trabalho, por isso uma economia-mundo, e não haveria uma unidade política central, por isso não seria um império-mundo e sim um sistema interestatal. Nestes termos, centro e periferia deveriam ser vistos mais como conceitos da economia-mundo capitalista do que como regiões geográficas, e só possuiriam significado em uma análise sistêmica. Como um processo da economia-mundo capitalista, a divisão mundial do trabalho e a distribuição desigual do excedente gerariam atividades centrais e periféricas conforme a capacidade da aliança capital e Estado absorver excedentes dos vários elos das cadeias mercantis, por meios econômicos e extra-econômicos. Historicamente, capitalistas e Estados organizariam o processo de produção mundial entre várias regiões geográficas, de forma que haveria uma concentração de atividades monopolistas em determinadas regiões, tornando-as regiões centrais, que poderiam coincidir com territórios de Estados nacionais; e atividades sem condições de escapar da concorrência de seus competidores e da troca desigual dos monopolistas em outras regiões, tornando-as regiões periféricas, da mesma forma, podendo coincidir com territórios nacionais ou mesmo continentais.³²

A partir da perspectiva de sistema-mundo, autores como Walter Mignolo e Aníbal Quijano propõem a complementação de sistema-mundo com o adjetivo moderno-colonial, ao especificarem o papel que a América Latina teria na funcionalidade e construção do mundo moderno.³³ Nestes termos, a viabilidade histórica da modernidade se daria através da incorporação da América Latina, a partir do século XVI. O centro operaria com uma espécie de colonialidade do poder, motor da expansão do próprio sistema-mundo. A noção de colonialidade do poder caracterizaria um padrão de dominação global próprio do sistema-

³² WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

³³ Além dos citados, outros autores como Edgardo Lander, Fernando Coronil, Enrique Dussel e Catherine Walsh compartilham da mesma perspectiva.

mundo moderno originado com o colonialismo europeu a princípios do século XVI. Para Quijano, toda forma de existência social que se reproduz em longa duração implicaria cinco âmbitos básicos de existência: trabalho, sexo, subjetividade/intersubjetividade, autoridade coletiva e natureza. A disputa pelo controle dos âmbitos acarretaria a (re)produção das relações de poder. Desta perspectiva, o fenômeno do poder se caracterizaria por ser um tipo de relação social constituída pela co-presença e pela interatividade permanente de três elementos: a dominação, a exploração e o conflito. Estes elementos afetariam aos cinco âmbitos básicos da existência social e seriam a expressão da disputa pelo controle do trabalho, do sexo, da subjetividade/intersubjetividade, da autoridade coletiva ou pública e das relações com as demais formas de vida e com o resto do universo.

No padrão de poder da colonialidade, a ideia de raça e o complexo ideológico do racismo impregnariam todos os âmbitos da existência social e constituiriam a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva. Seria nestes termos a posição subalterna dos povos submetidos a este específico e histórico padrão de dominação, como resultado de um conflito de poder em que se naturalizariam as concepções dominantes sobre raça. O segundo eixo da colonialidade, como padrão de poder, seria composto por um sistema de relações sociais materiais que se gestaram no mesmo movimento histórico de produção e controle de subjetividades que deram origens aos exercícios classificatórios descritos no primeiro eixo.³⁴

Com a conquista da América, paralelamente, se iniciaria um novo sistema de controle do trabalho, que consistiria na articulação de todas as formas conhecidas de exploração em uma única estrutura de produção de mercadorias para o mercado mundial, e foram rearticulados as relações de trabalho e o controle da produção, apropriação e distribuição de produtos. Se configuraria assim um novo padrão global de controle do trabalho, elemento central do padrão de poder colonial, e por extensão, da colonialidade do poder.³⁵ Radicalizando o argumento de

³⁴ QUIJANO, A. “Colonialidad el Poder y Clasificación Social”, en S. Castro-Gómez y R. Grosfoguel (Eds.) *El Giro Decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre Editores, Bogotá pp. 93-126, 2007.

³⁵ Para Mignolo, a América teria um papel protagônico, subalternizado, sem o qual a Europa não teria acumulado toda a riqueza e poder que concentrou. A teoria do moderno-colonialidade ao ressaltar o papel protagônico subalternizado não indicaria um lugar menor da América e maior da Europa, como se poderia pensar nos marcos dicotomizantes do pensamento hegemônico, ao contrário, assinalaria a existência de uma ordem geopolítica mundial que seria conformada por uma clivagem estruturante moderno-colonial e que poderia ser compreendida a partir dessa tensão que a habitaria.

Quijano, a América seria o primeiro espaço-tempo de um novo padrão de poder de vocação mundial e por este modo como a primeira identidade da modernidade.

Sem querer entrar em detalhes específicos deste novo tipo de postura interpretativa, se pode afirmar que procuram refundar os aspectos teóricos das ciências humanas em outra direção e realizar uma dura crítica ao eurocentrismo, que inclusive, se revelaria na academia, nas universidades e institutos de pesquisas das periferias. O eurocentrismo, seria a baliza pela qual as relações entre centro e periferia do sistema-mundo encontrariam legitimidade. Se pensarmos na constituição das ciências humanas em contextos periféricos, o problema se coloca de forma direta e inevitável. Produção e reprodução das justificativas europeias e referenciais de análise que procurariam ajustar os diversos contextos, espaço-tempo, sob a tutela de teorias justificadoras da dominação, ou poder da colonialidade, como querem Quijano e Mignolo, revestidas pelo critério de cientificidade e neutralidade objetiva. Sob esta perspectiva, esse olhar central hegemônico ontologizaria as diferenças com relação às outras sociedades, enxergando-as como formas incompletas de realização do moderno.³⁶ Para Mignolo e Quijano, uma teoria crítica da modernidade na periferia não deveria ser entendida como uma teoria exógena da modernidade, mas como parte integrante dela, forçando a revelação dos elementos justificatórios da dominação.

Essas premissas são interessantes, e se conectarmos com a ideia de experiência intelectual na periferia, no caso latino-americano, desvelados pela crítica literária e cultural, se observa que estes autores levaram em consideração a perspectiva de que a vida intelectual seria constituída a partir de uma relação conflituosa entre a *episteme* do centro e da periferia. Entretanto, Quijano e Mignolo, apontariam que o eurocentrismo dominaria o modo de pensar periférico na América Latina, pelo menos até o surgimento da Cepal e da teoria da dependência nos anos 1960 e 1970. Anteriormente a esta data, não levariam em conta as características gerais que essa posição à margem instituiu nesse tipo de experiência intelectual, seja na produção e

³⁶ Associado a este tema, autores chamaram a atenção para as diferentes formas que a expansão do sistema-mundo fora feita ao longo do tempo. Para Edward Said, o orientalismo seria um estilo de pensamento baseado em uma distinção epistemológica e ontológica entre Oriente e Ocidente. Essa distinção fundamental seria o ponto de partida para a elaboração de teorias, romances, obras de arte e outros produtos culturais, sobre o oriente, seus povos e costumes. O orientalismo não constituiria apenas uma forma de representação, essa duplicação do discurso, Oriente versus Ocidente, seria marcada por uma pretensão de estereotipar o outro e de reduzi-lo a determinada essência. De outro lado, Said procurou mostrar que o imperialismo, assim como outras formas violentas e assimétricas de capitalismo global estaria articulado a um horizonte de conceitos, problemas e imagens que povoariam o imaginário ocidental-colonial.

ordenação de novos mundos, pela experiência intelectual e pelos produtos culturais, que os diferenciaram dos modos clássicos de entrada na modernidade, seja pelo caráter dualista das interpretações sociológicas advindas deste contexto. Avançando o argumento, se a crítica à homogeneização e ocidentalização da modernidade fora feita, trataria de considerar, para efeito de comparação, como esses exemplos, de casos nacionais ou regionais, levariam a pensar na heterogeneidade advindas dos desenvolvimentos de cada sociologia histórica, e suas particularidades na formação do Estado-nação, da economia de mercado e da formação das classes sociais, e relacioná-las ao sistema-mundo moderno em que se encontravam. Estava armando uma perspectiva que desse conta de uma série de variações de ângulos, diversos jogos de escala, como na expressão de Revel.

Considerações Finais

Resumindo os pontos de inspiração: entre o textualismo e o contextualismo, teria que se encontrar um caminho de síntese, uma perspectiva que possibilitasse analisar os intelectuais enquanto grupo social específico, que atua de modo fundamental no mundo moderno, e por outro lado, permitisse abordar os produtos culturais, em especial os textos. A sociologia histórica de Barrington Moore, Charles Tilly, Reinhard Bendix, T.S. Marshall e a ideia de modernidades múltiplas de Eisenstadt, chamariam a atenção para o problema dos diferentes tipos de configuração dos Estados Nacionais, das formas de relacionamento entre classes sociais e Estados, para o tema da diversidade dos processos de modernização, para a dessemelhança de modernidades e para um ponto metodológico importante, a extrapolação e refinamento de aparatos teóricos e conceituais perante sua aplicabilidade mediada pelos fatores espaço-temporais da análise histórica e historiográfica. A ideia de sistema-mundo de Wallerstein possibilitaria a comparação entre diversos casos sem perder de vista a interdependência entre eles, centro e periferia mais como conceitos da economia-mundo capitalista do que como regiões geográficas, significando-as em uma análise sistêmica a partir da longa duração, como um processo da divisão mundial do trabalho e da distribuição desigual do excedente conforme a capacidade de absorção de excedentes dos vários elos das cadeias mercantis, por meios econômicos e extra-econômicos. Autores como Quijano e Mignolo,

apontariam as especificidades da América no sistema-mundo e criticariam o eurocentrismo como padrão de dominação da colonialidade do poder. Roberto Schwarz, Angel Rama, Julio Ramos, Renato Ortiz e Silviano Santiago, chamariam a atenção para as particularidades da experiência intelectual latino-americana e periférica, ajustando os elementos de dominação do sistema-mundo proposto por Quijano e Mignolo. Autores como Marshall Berman e Carl Schorske, encaminharam a discussão sobre a diversidade das manifestações modernistas, levantando implicitamente a ideia de uma geografia dos modernismos, termo utilizado por Andreas Huyssen. O que possibilitou ampliar a noção de modernismo, associando-o às formas criativas de expressividade dentro da modernidade, e além disso, tratar o modernismo como uma parte integrante e significativa da modernidade. E por fim, a tentativa de construção de uma nova perspectiva para se analisar a atuação dos intelectuais, que rompesse com análises fixas e estanques.

Haveria que se ampliar a noção de modernismo, associando-o às formas criativas de expressividade dentro da modernidade, que não só refletiriam a condição da modernidade como também a possibilitariam, e tratar o modernismo como uma parte integrante e significativa da modernidade, estruturante, estruturada e estruturadora. Desta perspectiva, o modernismo seria um movimento mais amplo, e que possuiria quatro dimensões principais, a dimensão técnica, a dimensão ética, a dimensão estética e a dimensão política. Dimensões que levariam a considerar o modernismo através de determinados padrões cognitivos, axiológicos e normativos, imagético e produtor de imagens e interpretações do mundo, arquiteto de identidades definidoras de uma ontologia social, no caso brasileiro, ao pensar um código civilizatório distinto e animado pelo nacionalismo se ancorara em uma geografia original que permitiria a afirmação do moderno através da modernização. Estas premissas estruturantes, estruturadoras e estruturadas do modernismo não permaneceriam restritas ao campo da arte e da arquitetura, dialogando com a formulação ensaística que cercou a modernização brasileira e que constituiu seus intelectuais.